

CENTRO DE AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (CASLE)

EDITAL 03/2026 - PRESENCIAL PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Línguas como patrimônio cultural imaterial: da memória oral ao registro

A noção de patrimônio cultural associada à ideia de bens coletivos, que num primeiro momento, eram considerados privados e restritos a poucos grupos históricos e artísticos “elitizados”, vem se inovando e popularizando a partir do documento lançado pela UNESCO em 1989, intitulado *Recomendações para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, que abriu caminhos para redimensionar as políticas públicas patrimoniais para a esfera de circulação das chamadas “culturas populares tradicionais”.

Foram valorizados, assim, bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata de nação, através de saberes, rituais, festas e principalmente as tradições orais. A recomendação da UNESCO foi o principal documento para a noção de patrimônio cultural imaterial, embora, não tenha sido o único. A carta de Burra (1979) e a carta de Nara (1994) também são consideradas documentos fundadores do patrimônio imaterial. A criação do Decreto nº 3.551/2000, no Brasil, possibilitou o registro de bens culturais de natureza imaterial, em quatro livros distintos a saber: livro de registro dos saberes, livro de registro das celebrações, livro de registro das formas de expressão e livro de registro dos lugares. Esse registro é coordenado pelo Iphan, cabendo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a competência de inscrever os bens de natureza imaterial em um desses livros, ou até mesmo em mais de um livro.

Com a ampliação do conceito de patrimônio, ampliou-se também a participação de grupos tradicionais e populares em processos decisórios ou nos processos de proposições dos bens que deveriam vir a se tornar patrimônio, esta ampliação não se trata de uma ruptura na concepção de patrimônio cultural material, marcada pelos critérios históricos e artísticos, ela proporciona uma tentativa de conciliação entre as duas categorias, preservar as conquistas do passado, no tocante à preservação de monumentos, obras de artes e prédios históricos, e agregar os saberes dos grupos tradicionais e populares, suas expressões culturais, religiosidade, experiências singulares e outros tipos de conhecimentos que simbolizam marcadamente suas identidades, e proporcionar a elas o direito à preservação e salvaguarda, destacados nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Neste cenário, pós Constituição, os processos de patrimonialização, acolhem muito mais os conhecimentos raros e singulares das tradições culturais populares, menos propenso à musealização. É inegável o quanto esses processos deixaram de contemplar quase exclusivamente as reconstruções do passado para priorizarem as manifestações culturais vivas e pulsantes das coletividades singulares, ocultas por políticas patrimoniais excludentes que privilegiavam as realizações das elites ou o registro da passagem do

colonizador, trazendo novas possibilidades de patrimonialização das diferenças e afirmativas de identidades.

A configuração contemporânea do processo de patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial apresenta, hoje, um grande desafio a essas coletividades singulares, uma questão levantada enfaticamente pela UNESCO seria que as “comunidades tradicionais”, “detentoras” de conhecimentos ancestrais deviam constituir-se como protagonistas, assumindo a hegemonia dos processos de patrimonialização de suas culturas.

SADA, Cintia Abrunhosa Pinto. Línguas como patrimônio cultural imaterial: da memória oral ao registro. XV *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: Enecult, 2019. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112073.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 01 (1,0)

A noção de patrimônio cultural é o mesmo que

- (A) propriedade particular.
- (B) acervo pessoal.
- (C) bens coletivos.
- (D) coleção aberta.

QUESTÃO 02 (1,0)

O documento da Unesco de 1989 contribuiu com a noção de patrimônio cultural, porque

- (A) restringiu o alcance.
- (B) ampliou o sentido.
- (C) especificou a noção.
- (D) especializou a ideia.

QUESTÃO 03 (1,0)

O documento da Unesco de 1989 redimensionou as políticas públicas patrimoniais e incluiu as

- (A) cantorias.
- (B) danças de salão.
- (C) caminhadas festivas coletivas.
- (D) culturas populares tradicionais.

QUESTÃO 04 (1,0)

O documento da Unesco de 1989 foi o único documento fundador da noção de patrimônio cultural imaterial.

(A) verdadeiro.

(B) falso.

QUESTÃO 05 (1,0)

Os bens culturais de natureza imaterial, no Brasil, podem ser registrados em

(A) quatro livros distintos.

(B) dois cadernos de igrejas.

(C) um livro de cartório.

(D) livros de museus.

QUESTÃO 06 (1,0)

No cenário pós Constituição de 1988, os processos de patrimonialização,

(A) privilegiam as realizações das elites ou o registro da passagem do colonizador, impedindo a patrimonialização das diferenças e afirmativas de identidades.

(B) contemplam exclusivamente as reconstruções do passado e não priorizam as manifestações culturais vivas e pulsantes das coletividades singulares.

(C) acolhem muito mais os conhecimentos raros e singulares das tradições culturais populares, menos propenso à musealização.

(D) apresentam um grande desafio às coletividades singulares, contrariando uma das questões levantadas enfaticamente pela UNESCO.

QUESTÃO 07 (1,0)

O processo de patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial ainda apresenta desafios para as

(A) elites padronizadoras.

(B) diferenças alternativas.

(C) tradições conservadoras.

(D) coletividades singulares.

QUESTÃO 08 (1,0)

Uma das ênfases dadas no documento da Unesco está no

- (A) reconhecimento das tradições herdadas.
- (B) protagonismo das comunidades tradicionais.**
- (C) respeito aos valores da elite tradicional.
- (D) empoderamento das tradições comunitárias.

QUESTÃO 09 (1,0)

De acordo com o documento da Unesco, as comunidades tradicionais são as

- (A) guardadoras de saberes populares.
- (B) conservadoras de costumes antigos.
- (C) detentoras de conhecimentos ancestrais.**
- (D) mantenedoras dos espaços rituais.

QUESTÃO 10 (1,0)

Para salvaguardar os saberes ancestrais, segundo o documento da Unesco, as comunidades tradicionais, deveriam assumir a hegemonia dos processos de patrimonialização de suas culturas.

- (A) verdadeiro.**
- (B) falso.